

SÍLVIA MARIA AZEVEDO

A G U E R R A D E

CANUDOS

S O B O O L H A R

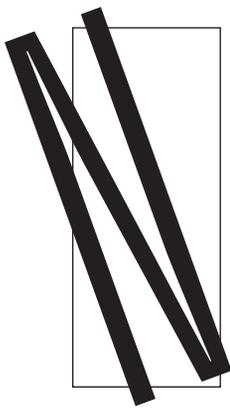
H Ú N G A R O

SÍLVIA MARIA AZEVEDO é professora de Teoria da Literatura do Departamento de Literatura da Unesp – campus de Assis.

Veredito em Canudos, de Sándor Márai, tradução do húngaro de Paulo Schiller, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Antônio
Conselheiro e
a Guerra de
Canudos,
de José Costa
Leite





o ano em que se comemora o centenário de publicação de *Os Sertões*, são justificáveis, como vêm ocorrendo, os vários lançamentos de editoras brasileiras, dentre os quais, as reedições e revisões da obra, as biografias sobre Euclides da Cunha, os trabalhos de reavaliação de Canudos (pelo ângulo da história, da sociologia, da política, da geografia, da antropologia, etc.), as recriações literárias. Quanto a estas, *Verdicto em Canudos*, de Sándor Márai, é uma bela surpresa, quer pela qualidade literária da obra, quer pelo fato de o escritor húngaro ter tomado conhecimento de um episódio da história brasileira, ocorrido no distante sertão da Bahia. Se é admirável que Márai, lá na Hungria, tenha descoberto Canudos, igual admiração deve ter experimentado o Brasil quando descobriu Márai através da Companhia das Letras que, antes de *Verdicto em Canudos*, já havia publicado dois outros romances do autor: *As Brasas* (1999) e *O Legado de Ezster* (2001).

Na nota que acompanha a edição brasileira, Sándor Márai relata que o seu contato com Canudos se deu a partir de *Os Sertões*, leitura que ele, por não dominar o português, precisou fazer na tradução em inglês de Samuel Putnam, *Rebellion in the Blacklands*, publicada pela University of Chicago Press, em 1944. Confessa que só na quarta vez, depois de três tentativas frustradas, consegue chegar até o final do livro, “esse clássico da literatura brasileira [que] é uma prova de paciência”. Finda a “leitura inquietadora”, e, apesar do esforço que ela demandou (ou talvez por isso mesmo), diz que era como se tivesse andado por aqui. E, ainda, que era “como se existisse alguma coisa que tivesse de ser dita”, alguma coisa que ficara “de fora” do livro de Euclides da Cunha, mas que “poderia também ter sido assim”. Outra revelação importante do escritor, e que ajuda a compreender a perspectiva a partir da qual Márai recria o episódio de Canudos, é quando declara que o que lhe interessou em *Os Sertões* não foi exatamente o fato histórico, e

sim o que havia de “patológico” naquele acontecimento datado: “Porque a aventura selvagem de Canudos se repetiu meio século depois em outras paragens [...]. Em nações civilizadas, nos guetos e nas universidades dos Estados Unidos, a seguir na França, na Itália e em outros lugares, despertaram os sintomas da anarquia”.

Entre o primeiro contato com a obra de Euclides da Cunha e a finalização de *Verdicto em Canudos*, vinte e cinco anos se passaram, e muita coisa mudou na vida de Sándor Márai, sobretudo depois que se viu obrigado a sair da Hungria. Isso foi em 1948, quando a repressão comunista tornava impossível a vida de escritores que não se alinhavam, como ele, às idéias impostas pelo regime político vigente no país. Em seu diário, Márai vai deixar registrado, na informação de Paulo Schiller, o momento em que, já no trem, atravessando a fronteira para entrar em solo austríaco, foi invadido por grande medo: “Por estar livre e também por ser escritor: o húngaro sempre escreveu na solidão do idioma. Sabia que, com raras exceções, jamais seria lido em outras línguas”. Como exilado, e antes de se fixar nos Estados Unidos, mais exatamente em San Diego, Califórnia (onde vem a se suicidar), andou pela Suíça, Itália e França. Foi na Itália, em Salerno, que escreveu *Verdicto em Canudos*, concluído em 1969 e publicado no Canadá em 1970. Até chegar ao Brasil, o livro, que era conhecido tão-somente por uns poucos imigrantes húngaros, admiradores da obra de Márai, precisou esperar mais trinta anos, motivo por que deve ser saudada a tradução em português a partir da qual o público brasileiro pode finalmente ter acesso à recriação de Canudos pela ótica de um escritor europeu.

Alguns anos antes de Sándor Márai, pode-se lembrar, Mario Vargas Llosa foi outro escritor estrangeiro igualmente atraído pela história de Canudos, recriada em *A Guerra do Fim do Mundo*, publicado pela Editora Francisco Alves, em dezembro de 1981 (as oito edições da obra, até maio de 1982, falam do sucesso obtido entre nós). Ao contrário de Márai, que nunca esteve

no Brasil, Llosa fez questão de visitar a cidadela de Antônio Conselheiro, àquela altura submersa pelas águas do açude Cocorobó. Enquanto o escritor húngaro, segundo a referida nota, de *Os Sertões* não emprestou mais do que informações tipográficas, datas e algumas personagens (dando a entender que não pesquisou nenhuma outra fonte), o peruano, além da leitura da obra de Euclides, consultou ampla bibliografia sobre o assunto (conforme relata na entrevista a Ricardo Setti, publicada em: *Conversas com Vargas Llosa*, São Paulo, Brasiliense, 1986), posições que revelam as diferentes perspectivas por que a história de Canudos é abordada por ambos os escritores: na recriação do segundo, que quis fazer um romance histórico, ela está no centro de *A Guerra do Fim do Mundo*; na do primeiro, aparece nas margens de *Verdicto em Canudos*, o que não chega a surpreender, já que a intenção de Márai, conforme interpreta Paulo Schiller, era estabelecer “um elo entre a conflagração de Canudos nos confins do sertão e a contemporaneidade, as últimas décadas do século XX”.

Ainda assim, o recurso narrativo empregado em *Verdicto em Canudos* – o escritor-narrador Oliver O’Connell conta o que viu e ouviu, entre as cinco da tarde e as nove da noite, do dia 5 de outubro de 1897 – faz lembrar a prática dos jornais brasileiros da época de enviarem repórteres para a cobertura do conflito. Como se sabe, foram muitos os que, com essa incumbência, andaram pelo sertão baiano, Euclides da Cunha sendo um deles, o que era seguramente do conhecimento de Márai, tanto que, transformado em personagem, aquele vai figurar no romance como correspondente de guerra de *O Estado de S. Paulo*, função que exerceu na vida real. Há, no entanto, um aspecto que diferencia a atuação desses correspondentes em relação à do narrador-escrivão (sem falar, é claro, no caráter ficcional deste): os primeiros, com a obrigação de esclarecer a opinião pública sobre o que acontecia na frente da batalha, eram obrigados a enviar as notícias imediatamente aos respectivos jornais; o segundo só vai

escrever sobre o que presenciou naquelas quatro horas do dia 5 de outubro decorridos cinquenta anos. No caso deste, portanto, não se deve esperar o relato objetivo (ou que se quer objetivo, caso dos correspondentes) dos acontecimentos, uma vez que de Canudos, transcorrido tão longo espaço de tempo, ficaram apenas lembranças. A memória (sempre falha e seletiva) é o álibi de que se vale o escritor para, através do velho escrivão, poder se afastar do compromisso com a verdade dos fatos.

Outro expediente empregado por Márai para escapar do cerco da história, de forma que sua recriação não fosse tomada pelo “episódio Canudos”, foi flagrar o reduto de Antônio Conselheiro no dia em que este caiu (exatamente a 5 de outubro de 1897) em poder das forças da 4ª Expedição, sob o comando do general Artur Oscar. Ao invés deste, quem vai virar personagem da obra do romancista húngaro será o marechal Carlos Machado de Bittencourt, enviado pelo governo à Bahia para dirigir os suprimentos de guerra e de boca, segundo consta, até então mal gerenciados. O romance se inicia com Bittencourt (que estará envolvido na história que o escrivão vai contar) estacionado, na companhia de outros oficiais e do escrivão-narrador, em Rancho do Vigário, aguardando que sejam vencidos os últimos focos de resistência para que todos possam voltar para casa. Espera também a chegada de jornalistas de São Paulo e do Rio de Janeiro para dar início à entrevista coletiva, planejada para ser o momento de apoteose do Exército brasileiro, na figura do mal. Bittencourt, “o grande estrategista que por fim vencera Canudos”. Sempre a distância, Canudos é antes presença sonora (do acampamento militar ouvem-se os estrondos de canhões e o badalar dos sinos da igreja matriz) do que imagem.

Por isso é que à frente do foco narrativo está um soldado-escrivão que, durante todo o conflito, nunca chegou a pegar em armas, o que significa dizer, que nunca entrou em Belo Monte, sua função limitando-se a passar à imprensa os comunicados do marechal. Além do mais, o acontecimento referente à guerra que motivou Oliver

O'Connel a querer contar o que viu naquele dia não se passou do lado de dentro da Cidade Santa, mas do lado de fora: trata-se da chegada de três prisioneiros, dois homens e uma mulher, que são trazidos à presença de Bittencourt dizendo que o Conselheiro não estava morto. O impacto da mensagem é tanto maior porque, poucos momentos antes, em resposta à pergunta do jornalista Euclides da Cunha – “o que houve com o Conselheiro?” –, o marechal exibira, triunfante, a cabeça do líder de Canudos, curtida em cachaça, dentro de um caldeirão de cobre.

Se o contorno geral da cena da chegada dos prisioneiros, assim como o interrogatório a que são submetidos, pode ter sido inspirado em *Os Sertões*, Márai explora o potencial fantástico da situação, trazendo até o sertão baiano uma prisioneira (cujo nome e país de origem não são identificados) que fala em inglês e que, inquirida na mesma língua por Bittencourt, conta-lhe ter vindo parar ali à procura do marido, um médico de sucesso, rico, com boa clientela, que um dia, sem maiores explicações nem motivos aparentes, abandona o conforto e a segurança do lar burguês em troca da utopia de Canudos. Quando chega, o marido já havia morrido, e ela resolve ficar, pois logo descobriu, como tantos outros, que quem vinha a Canudos “não chegava a uma nova sociedade, e sim a uma nova vida...”.

O diálogo ao qual tem acesso tão-somente o escritor-narrador, descendente de imigrantes irlandeses com conhecimentos de inglês, faz parte da já mencionada estratégia de Márai de fugir ao compromisso com a história: não havendo mais ninguém, entre os que assistiam à cena, que dominasse a língua da prisioneira, estava eliminando a possibilidade de haver qualquer testemunha para confirmar ou questionar as anotações do escritor. É nesse insólito diálogo entre o ministro da Guerra e a falsa jagunça que se concentra a recriação de Canudos pelo prisma de uma situação de julgamento: daí *verdicto em Canudos*, alusão ao lugar do interrogatório, que também é *ve-*

dicto de Canudos, o réu que de fato está sendo julgado. Pelo ângulo da acusação, ou seja, do marechal, Canudos é “um outro mundo onde só havia afronta, perversão, ordem alucinada sem finalidade”; pelo da defesa, vivido pela mulher que veio de longe, Canudos é onde “o impossível é a única coisa em que vale a pena acreditar”.

São perspectivas opostas, não apenas a de um militar e a de uma civil, mas também a do brasileiro e a da estrangeira, que vão confluir na representação dessas duas Canudos, uma vista de fora, outra vista de dentro, dentro e fora relacionados às experiências que cada personagem teve com a guerra. Bittencourt sai de Canudos como entrou, com as convicções que tinha sobre o movimento conselheirista (antro de monarquistas, com ligações políticas fora do país), e mais, convicto de que o que foi feito era o que devia ser feito. A prisioneira veio até ali em busca do marido, até então nunca tinha ouvido falar de Antônio Conselheiro, mas três meses foram tempo bastante para que ela, uma dama, passasse a fazer parte de Canudos, na constatação perplexa do marechal. Três meses em Canudos, o tempo da conversão, fazem vir à tona a jagunça que existia na pele da estrangeira, assim como na cena do banho (atendendo a seu pedido, o marechal permite que tome um banho), da jagunça esquálida e cadavérica emerge a mulher de feições aristocráticas, e ainda bela.

Ao final do interrogatório, é agora a jagunça que pede ao marechal autorização para voltar ao arraial de Belo Monte. O militar concorda, desde que ela traga o Conselheiro, vivo ou morto. Nisto, ouve-se um sino tocar em Canudos. É o momento em que Bittencourt se descontrola e ergue a bengala para golpear alguém. Logo consegue se dominar e permite que os três prisioneiros vão embora. Naquele instante, porém, compreendeu que “nas pessoas existe algo mais forte do que o Poder”, o líder de Canudos continuava vivo, como vivo, e sob outras formas, em outros tempos e lugares, permanece o significado de Canudos.

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em seu setor. Multidisciplinar e sem preconceitos, a *Revista USP* não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.



Para adquirir uma assinatura anual da *Revista USP* (4 edições), basta enviar um cheque cruzado e nominal, ou depósito em conta (Banco do Brasil - agência 1897-X; c/c 6837-3) em nome da Coordenadoria de Comunicação Social/USP, no valor de R\$ 40,00. Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 34,00. O preço da revista avulsa é R\$ 16,00. Para assinatura internacional, o valor é de R\$ 164,00 e o exemplar avulso, R\$ 49,00 (incluindo despesas com correio). Para enviar comprovante, o fax é (11) 3091-4438.